

Delegacias revelam caos na segurança pública

Ronda realizada ontem pelo Sindicato dos Servidores Públicos da Polícia Civil expôs um duro quadro (Foto: Jader Paes)

Falta de servidores, telhado quebrado, presos em condições sub-humanas e até falta de água são apenas alguns dos graves problemas estruturais das delegacias da Região Metropolitana de Belém(RMB). Em ronda realizada na noite de ontem pelo Sindicato dos Servidores Públicos da Polícia Civil do Estado do Pará (Sindpol-PA) nas delegacias de Belém e Ananindeua, o quadro era de descaso e muitas vezes até de perigo para quem trabalha nas unidades prisionais. Nas áreas consideradas vermelhas, a falta de segurança começa nas próprias delegacias.

A primeira unidade inspecionada foi a da Cabanagem, onde apenas dois investigadores garantiam o funcionamento do local. Sem delegado e escrivão e apenas com dois policiais, o plantão funciona muito mais para garantir o prédio aberto do que necessariamente atender à população. Essa é a opinião da diretoria do Sindpol após a inspeção no local. Além da falta de efetivo, a delegacia também não possui alojamento para o descanso noturno da equipe. Assim como as demais delegacias visitadas, na Cabanagem os casos são encaminhados para a Seccional da Marambaia. Ontem, por volta das 20h30, havia registro de quatro ocorrências, uma delas era um caso de tentativa de homicídio. “Com certeza, a pessoa que precisa desse serviço à noite, não vai até a Marambaia fazer o boletim de ocorrência devido à distância. É mais um caso que não vira estatística”, questiona o diretor do Sindpol, José Pimentel.

À LUZ DE VELAS

Na seccional urbana do PAAR, em Ananindeua, uma das áreas mais perigosas da RMB, o quadro é ainda pior. Dois investigadores e

dois policiais garantem o funcionamento da delegacia.

A reportagem flagrou a prisão de dois assaltantes que tiveram que passar a noite na delegacia porque não havia equipe o suficiente para realizar o procedimento habitual de fazer o comunicado ao juiz e conduzi-los ao Instituto Médico Legal para fazer o corpo de delito.

O bloco carcerário não tem luz elétrica, os presos ficam à luz de velas e a cela é fechada apenas com uma algema porque não tem cadeado. O local é totalmente insalubre, já que não há banheiro para os detentos e até ratos e baratas foram vistos no interior das celas. É visível a falta de estrutura da delegacia, pois parte das janelas está quebrada, as cadeiras possuem os assentos rasgados, o telhado ameaça desabar e parte do forro já foi deteriorado.

Os funcionários admitem que o problema já é antigo e que sentem receio de ter a delegacia invadida. “Em 2011, os bandidos invadiram e a gente fica aqui totalmente sem segurança e sem proteção”, disse um funcionário que pediu para não se identificar.

Outras seccionais vivenciam a mesma dificuldade. Na Cidade Nova, que a partir das 18h recebe todas as ocorrências dos bairros do entorno, os banheiros destinados ao público estão interditados e nem mesmo água tem para os funcionários. “A gente faz coleta todo dia há mais de um ano, é o jeito pra não ficarmos com sede”, disse uma servidora.

O problema não para por aí. A delegacia possui apenas um alojamento que é dividido por homens e mulheres e com somente duas camas para um efetivo diário de cinco pessoas. Na Central de Flagrantes dois investigadores, um escrivão e um delegado realizam as ocorrências quando o ideal, segundo o Sindpol, seria o dobro desse efetivo devido à grande procura no local. A Central realiza, em média, de 6 a 10 ocorrências por noite.

Nem mesmo a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Pró-Paz

recém-inaugurada no bairro do Distrito Industrial de Ananindeua possui estrutura de trabalho. Apelidada no meio policial como “elefante branco”, o prédio ostenta beleza, no entanto, os plantões noturnos, segundo os funcionários são realizados apenas por um investigador e um policial militar, que realiza atividade administrativa no lugar. Até anteontem nem mesmo a única viatura funcionava porque a chave do veículo não ficava na delegacia. “A UPP tem boa estrutura, mas não tem efetivo, o que não justifica em nada a sua existência”, reclama o vice-presidente do Sindpol, Gibson Silveira.

RELATÓRIO

Segundo o Sindpol, todas as situações presenciadas pelo Sindicato farão parte de um relatório que será encaminhado à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e ao Ministério Público do Estado para providências.

Procurada ontem pela reportagem do DIÁRIO, a assessoria da Polícia Civil informou que falará sobre o assunto em nota apenas hoje.

(Diário do Pará)

Publicado por Folha do Progresso fone para contato Cel. TIM: 93-81171217 / (093) 84046835 (Claro) e-mail para contato: folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br